

SEMINÁRIO REGIONAL DE LANÇAMENTO DE ACTIVIDADES-PILOTO PARA A MEDIÇÃO DOS FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS (FFI) EM ÁFRICA

16-17 DE JUNHO DE 2021

13:00 – 16:00 GMT +3

Relatório de Reunião

Índice

Introdução	3
Antecedentes	3
Objectivos	4
Comentários de boas-vindas	5
Sessão I: Conceitos e métodos para a medição estatística de FFI	6
Sessão II: Estudos de casos de países e questões em causa em África	8
Sessão III: Estudos de casos de países e questões em causa em África	11
Sessão IV: Directrizes e caminho a seguir para os países-piloto em África	14
Discussão, perguntas e respostas	16
Discurso de encerramento	19
Anexos	21
Observações, perguntas e respostas importantes restantes	21
Programme	Error! Bookmark not defined.
Participantes	25

Introdução

Os fluxos financeiros ilícitos (FFI) são um dos principais desafios de desenvolvimento para África. A fuga é monumental, 50 bilhões de dólares por ano de acordo com o relatório de 2015 do Painel de Alto Nível sobre FFI. Priva os países dos recursos financeiros necessários para materializar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. De acordo com uma publicação recente da UNECA, equivale a três quartos do déficit de financiamento da saúde estimado para fazer progressos significativos no ODS 3 sobre boa saúde e bem-estar; uma vez e um quarto das despesas anuais em educação necessárias entre 2015-2030 para alcançar o ODS 4 sobre educação inclusiva em África; ou um terço dos \$130-170 bilhões de dólares adicionais que a África necessita anualmente para financiar projectos de infra-estruturas.

Estes são alguns indicadores para demonstrar a extensão das oportunidades perdidas devido a esta fuga. Para além destas implicações financeiras, os FFI são prejudiciais à boa governação, instituições fortes, e ao Estado de direito. O fenómeno está a piorar a governação económica, a estabilidade macroeconómica, a justiça social, e a igualdade de rendimentos e oportunidades no continente. A situação é particularmente precária na indústria extractiva, comprometendo substancialmente as oportunidades de desenvolvimento da África dependente dos produtos de base. Os países africanos reconhecem a questão e estão empenhados em enfrentar este desafio de desenvolvimento.

Antecedentes

O Painel de Alto Nível (PAN) sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) de África, presidido pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, apresentou o seu relatório à Comissão da União Africana/Comissão Económica das Nações Unidas para África (AUC/ECA) em 2015. O relatório continha 21 recomendações; duas específicas eram: i) estudar potenciais metodologias para abordar os FFI; e ii) a ECA deve criar medidas operacionais contra os FFI. Em conformidade com estas recomendações, a UNECA, juntamente com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e com a cooperação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), inaugurou em 2018 um novo projecto de Conta de Desenvolvimento (CD) intitulado “Definição, estimativa e divulgação de estatísticas sobre fluxos financeiros ilícitos em África”. O projecto visa consolidar as directrizes metodológicas existentes

e testar novas directrizes metodológicas para a medição do indicador 16.4.1, “Valor total dos fluxos financeiros ilícitos internos e externos (FFI)”, assim como reforçar a capacidade estatística através da prestação de assistência técnica e orientação aos países-piloto.

As duas agências de custódia do indicador ODS 16.4.1, UNCTAD e UNODC, divulgaram um *Quadro Conceptual* para a Medição Estatística dos Fluxos Financeiros Ilícitos em Outubro de 2020. Em Maio de 2021, a UNCTAD finalizou um projecto de Orientações Metodológicas para a Medição de FFI Fiscais e Comerciais para testes piloto, destinado a autoridades estatísticas e outras autoridades nacionais com mandato para recolher e aceder a informação relevante. Ao mesmo tempo, o UNODC está prestes a finalizar as Directrizes para medir os FFI das actividades extractivas e mercados de drogas ilegais.

Como parte da implementação do projecto, foi organizada uma reunião regional aos 16 de Fevereiro de 2021, na qual participaram mais de 100 funcionários governamentais de diferentes organizações nos ecossistemas dos FFI de 19 países africanos. Foi subsequentemente partilhado um questionário, que pediu aos países para auto-avaliarem os seus conhecimentos sobre os FFI, capacidade de medir os FFI e, finalmente, manifestar interesse em participar nos projectos-piloto. Até ao momento, doze (12) países manifestaram interesse. Estes são Angola, Benim, Burkina Faso, Camarões, Gabão, Gana, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, e África do Sul. O seminário regional de lançamento foi planeado para trazer estes países-piloto interessados numa plataforma e partilhar modalidades de implementação de projectos em cada país.

Objectivos

O seminário, de acordo com as metodologias estatísticas para medir os FF, contou com 262 participantes, incluindo 227 funcionários (32 mulheres) de 12 Estados membros africanos, 15 participantes (5 mulheres) de outras partes interessadas e 20 funcionários (10 mulheres) dos co-organizadores, de África e não só. Os objectivos do seminário de lançamento foram:

- Introduzir as metodologias e directrizes elaboradas até agora pela UNCTAD e UNODC;
- Introduzir os intervenientes nacionais e solicitar a sua apresentação de trabalhos e opiniões sobre os FFI nos países-piloto;
- Discutir o plano de trabalho para implementar actividades-piloto e apresentar ferramentas para a fase inicial do projecto (Junho-Novembro).

O público-alvo do seminário foram as entidades governamentais relevantes que trabalham no ecossistema dos FFI. Estas incluíam agências governamentais e ministérios, tais como os serviços nacionais de estatística (NSOs), os serviços aduaneiros e fiscais, a autoridade fiscal, os bancos centrais e os centros de informação financeira (CIF), que participaram no seminário regional de lançamento. Durante o seminário, a pessoa focal de cada país participante fez uma apresentação sobre questões de medição dos Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) no respectivo país.

O resultado pretendido do seminário regional de lançamento foi trazer os intervenientes nacionais do ecossistema dos FFI numa plataforma regional, apresentar os conceitos e métodos para medir os FFI, apresentar os consultores nacionais seleccionados que apoiariam a implementação do projecto a nível nacional, e informar sobre as modalidades de implementação do projecto nos próximos meses.

Comentários de boas-vindas

O evento foi organizado no contexto do projecto DA da ONU sobre a definição, estimativa e divulgação de estatísticas sobre fluxos financeiros ilícitos provenientes de África, destinado a apoiar os países através do desenvolvimento de conceitos, métodos e capacidade nacional para medir FFI, particularmente para o indicador 16.4.1 dos ODS sobre FFI.

A Dra. Yeo Dossina, CUA, agradeceu aos co-organizadores pela continuação da dinâmica do trabalho desde a última reunião em Fevereiro de 2021. Ele reflectiu que os FFI e a mobilização de recursos internos são cruciais para o desenvolvimento de África, especialmente no contexto dos desafios da COVID-19, dos esforços de recuperação, e das necessidades de recursos financeiros para o programa de vacinação. Sublinhou que a mobilização de recursos externos também seria necessária para complementar o processo de recuperação no continente. Sob a nova liderança da Comissão, a CUA reconheceu a mobilização de recursos internos e os FFI como uma das principais áreas prioritárias. Assim, a Comissão estava a apoiar os países africanos no Quadro Inclusivo para enfrentar os desafios fiscais da digitalização da economia, juntamente com a ATAF. Mencionou que a Conferência dos Ministros das Finanças dos países africanos reiterou a importância dos FFI e da mobilização de recursos internos e decidiu formar uma subcomissão consultiva. O subcomité reunir-se-ia anualmente para discutir a mobilização de recursos internos e questões de FFI a reportar aos órgãos da UA. A CUA já produziu uma avaliação dos perfis de risco dos países em parceria com outras organizações, o que proporcionou uma visão crítica. Partilhou que a Comissão

também nomearia um chefe de Estado como defensor para abordar os FFI e fazer um levantamento para identificar todos os principais interessados no ecossistema dos FFI a nível nacional. O Dr. Dossina salientou a parceria com a UNECA, UNCTAD e UNODC na implementação bem-sucedida do trabalho da AUC. Reiterou o seu empenho e interesse nesta parceria para implementar com sucesso a Agenda 2063 e a Agenda 2030.

O Sr. Steve MacFeely, UNCTAD, deu as boas-vindas a todos os participantes ao seminário de lançamento regional. Garantiu aos participantes que os tópicos e terminologias poderiam parecer inicialmente desconhecidos e complicados, mas todos teriam uma melhor compreensão após as apresentações e discussão. Reiterou a importância de abordar os FFI para prevenir a enorme quantidade de fugas financeiras que os países estavam a sofrer e assegurar o financiamento para o desenvolvimento. Explicou ainda que o projecto DA não era para prevenir directamente a fuga de recursos, mas sim para contribuir para o processo através de uma melhor compreensão da extensão, magnitude, e mecanismo dos FFI para prevenir a fuga.

Em nome do Sr. Bartholomew Armah, UNECA, o Sr. Allan Mukunguwel acolheu todos os participantes. Com base na recomendação do Painel de Alto Nível sobre FFI em África, que foi mais tarde aprovada pela União Africana, os países reconheceram a importância de medir FFI para lhes permitir enfrentar os constrangimentos ao desenvolvimento. Reflectiu que a natureza opaca dos FFI era um desafio e que os perpetradores tinham incentivos para manter o fenómeno escondido, o que inibia a capacidade dos países de monitorar esta prevalência e de implementar políticas para lhes fazer face. No entanto, os países estão a fazer progressos em termos de medição estatística dos FFI. A UNECA, juntamente com a UNCTAD e o UNODC, estão empenhados em apoiar os países neste esforço. Salientou que o processo de medição e abordagem dos FFI seria um esforço contínuo e comunitário. Como tal, a vontade política dos decisores e os compromissos dos principais intervenientes do ecossistema dos FFI teriam um papel crucial na garantia da segurança da riqueza da África.

Sessão I: Conceitos e métodos para a medição estatística de FFI

A sessão introduziu o Quadro Conceptual para a medição estatística dos FFI, o projecto da ONU de apoio aos países africanos neste trabalho, e os métodos sugeridos para os testes-piloto dos FFI. A sessão foi moderada pela Sra. Anu Peltola, UNCTAD, que introduziu o tema e deu as boas-vindas ao Sr. Allan Mukungu, UNECA, para a primeira apresentação da sessão.

O Sr. Allan Mukungu, UNECA, fez a apresentação sobre “Projecto de Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre FFI em África”. O Sr. Mukungu explicou brevemente os antecedentes históricos do projecto com base nas conclusões do Relatório do Painel Mbeki. Em conformidade com as recomendações do relatório do Painel Mbeki, a UNECA e a UNCTAD iniciaram o projecto DA em 2017 para definir, estimar e divulgar estatísticas sobre fluxos financeiros ilícitos em África. O Sr. Mukungu explicou que o reforço da capacidade estatística dos países em África para monitorar os FFI através de uma metodologia acordada que produz estimadores robustos, consistentes e comparáveis continua a ser o principal objectivo deste projecto. Três resultados principais são visados para atingir esse objectivo: Desenvolver directrizes e materiais de desenvolvimento de capacidades para a estimativa dos FFI (ODS 16.4.1); ajudar a construir infra-estruturas de dados para a monitoria nacional da Agenda 2030; e finalmente, reforçar a capacidade de utilizar dados para monitorar os FFI em apoio à política nacional de controlo dos FFI. As principais componentes do projecto incluem: i) Trabalho metodológico para rever a investigação, harmonizar conceitos e desenvolver uma metodologia comum para medir os FFI; ii) Desenvolvimento de capacidades através da preparação de orientações conceptuais e metodológicas, materiais de formação e a realização de seminários; iii) Selecção de pilotos para testar a metodologia proposta, aprender e destilar conhecimentos em publicações e materiais de formação; e iv) Divulgação de conhecimentos e sensibilização através da preparação de relatórios e apresentação em conferências e eventos; reflectiu que os participantes aprenderiam mais sobre as actividades realizadas no âmbito deste projecto desde 2017. Como o Quadro Conceptual tinha sido desenvolvido, os países podiam seleccionar a metodologia relevante tendo em conta as necessidades e contextos do país e contribuir para o refinamento e finalização das directrizes.

Enrico Bisogno, UNODC, fez a apresentação sobre o “Quadro Conceptual para a medição estatística dos FFI”, centrando-se no lado das actividades criminosas. O Sr. Bisogno explicou o Quadro Conceptual para os FFI sob os auspícios do ODS 16.4.1 da Agenda 2030. A definição de FFI envolvia uma medida monetária de i) transferências internacionais de capital ilícito; ii) capital legal transferido internacionalmente para fins ilícitos; iii) capital legal transferido ilicitamente. Há três elementos centrais desta definição: valor monetário que é ilegal, que atravessa fronteiras e que flui na natureza. Dos quatro principais tipos de FFI, os componentes relacionados com mercados e actividades ilegais constituem os FFI relacionadas com o crime. Ele reflectiu que a medição dos FFI pode parecer difícil, mas a estimativa do mesmo foi possível em vários países, dependendo da disponibilidade de dados. Reiterou os compromissos do UNODC de estabelecer parcerias com países africanos interessados em medir os FFI relacionadas com actividades criminosas.

Steve MacFeely, UNCTAD, discutiu a vertente comercial do “Quadro Conceptual para a medição estatística dos FFI”. Os quatro principais tipos de FFI (impostos e práticas comerciais ilegais, mercados ilegais, corrupção, tipo de exploração e financiamento do terrorismo), contêm actividades que são tanto ilegais como legais, mas de natureza ilícita. Ele informou que a UNCTAD se concentra nas actividades fiscais e comerciais ilícitas para ocultar receitas e reduzir a carga fiscal que poderia ser legal ou ilegal. Tal como as actividades relacionadas com o crime, as actividades comerciais ilícitas também se escondem por natureza, o que dificulta a estimativa dos FFI comerciais. Explicou que a diferença e delimitação de actividades ilegais e ilícitas constituía o maior desafio dos FFI relacionadas com o comércio. Destacou as principais características do Quadro Conceptual dos FFI: i) capacidade de medir os FFI a nível nacional para informar a formulação de políticas nacionais; ii) abrangência que engloba todos os principais tipos de actividades ilícitas que causam FFI, iii) compatibilidade com outros conceitos e normas estabelecidas de economia e contabilidade, tais como o Sistema de Contas Nacionais (SNA), Balança de Pagamentos (BdP), entre outros. Actualmente, a UNCTAD e a UNODC estão a implementar a metodologia a nível nacional em vários países do mundo. Os países-piloto da América Latina já tinham testado as metodologias. Felicitou os países-piloto de África por participarem no projecto e salientou que o feedback dos países-piloto na implementação da metodologia seria crucial para a finalização do Quadro Conceptual. Explicou também que o objectivo do projecto é uma medição estatística dos FFI. Como tal, espera-se que os institutos nacionais de estatística assumam a liderança na coordenação com outros intervenientes-chave do ecossistema dos FFI.

Sessão II: Estudos de casos de países e questões em causa em África

A sessão, moderada pelo Sr. Allan Mukungua da UNECA, consistiu em cinco apresentações de Angola, Benim, Moçambique, Namíbia, e Zâmbia para partilhar a experiência do país, colaboração entre agências, tipo relevante de FFI e expectativas do teste piloto para medir FFI.

Os países foram convidados a partilhar a percepção sobre:

1. Que agências têm experiência e dados sobre FFI no seu país? Que iniciativas nacionais, colaboração inter-agências, planos e estratégias para abordar os FFI foram desenvolvidos e adoptados? Por favor, indique, no máximo, três iniciativas.

2. Com base no entendimento actual, que FFI são mais relevantes no seu país? Que fluxos, indústrias, actividades e mercadorias são mais afectadas?
3. Quais são as suas expectativas para o projecto-piloto? (por exemplo, para estimar uma FFI em particular). Por favor, indique um máximo de três expectativas.

Em conformidade com estas questões, os países fizeram apresentações. As expectativas são resumidas na página 13, enquanto o mapa dos principais interessados é apresentado no quadro 1 do anexo.

Ricardo João, UIF, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Angola”. Os principais tipos de FFI em Angola pertencem à categoria de corrupção. Estes incluem o desvio de fundos, corrupção em contratos públicos que afectam os sectores bancário, público e informal. O país criou um grupo de trabalho sobre Crime Financeiro Nacional, uma entidade intergovernamental que coordena o Processo Nacional de Avaliação de Risco e o processo de Avaliação Mútua para tratar de questões FFI.

Serge Houedanou, & Antoine Gbenou, *Cellule Nationale de Traitement des Informations Financières (CENTIF)*, fizeram a apresentação “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI)- Bénin”. Os tipos predominantes de FFI no país incluem corrupção, desvio e enriquecimento ilícito de funcionários públicos, evasão fiscal e actividades criminosas, tais como tráfico de droga, tráfico de seres humanos, transacções ilegais de armas, contrabando. Para combater eficazmente os FFI, o país tinha iniciado várias reformas destinadas a reforçar o seu arsenal jurídico e institucional para combater as infracções económicas e financeiras e o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O país tinha iniciado medidas para mobilizar e gerir os recursos públicos de forma transparente para detectar, processar e condenar todos os perpetradores de crimes económicos e financeiros com a recuperação e confisco de bens criminosos. Algumas delas incluem i) a transformação da Autoridade Nacional de Luta contra a Corrupção (ANLC) num Alto Comissariado para a Prevenção da Corrupção, ii) o reforço dos poderes e prerrogativas da Unidade Nacional de Processamento de Informação Financeira (CENTIF), iii) a criação de um Tribunal de Repressão de Crimes Económicos e Terrorismo (CRIET) para processar, julgar e recuperar todos os bens dos FFI, iv) o reforço da cooperação internacional através do Grupo Egmont e do Fórum Global sobre Transparência Fiscal para apoiar o intercâmbio de informação para a identificação e recuperação dos FFI localizadas em jurisdições estrangeiras. O país confirmou um forte compromisso político para a parceria no sentido de refrear os FFI.

Sr. Nilton Chauque, Instituto Nacional de Estatística, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Moçambique”. As principais formas de FFI no país estavam relacionadas com a evasão fiscal e FFI comerciais. Produtos como minerais metálicos, pedras preciosas, gás e petróleo enfrentavam questões de FFI. O problema do contrabando de recursos da fauna e flora selvagens, recursos marinhos e pesqueiros, e produtos da indústria extractiva tornou-se mais agudo nos últimos anos. Ainda não existiam iniciativas e estratégias a nível nacional para travar os FFI. O principal desafio era técnico, ou seja, falta de capacidade técnica e disponibilidade de dados para medir os FFI. O país manifestou grande interesse em trabalhar com a UNECA-UNCTAD-UNODC. Foi salientado que as medidas de FFI devem reflectir as necessidades nacionais e permitir ao país fazer recomendações válidas e medidas políticas para refrear este desafio de desenvolvimento.

A Sra. Penelao Ndapandula Kapenda, Banco da Namíbia, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Namíbia”. A forma dominante de FFI compreendia elementos comerciais de FFI, tais como branqueamento de capitais baseado no comércio: sobre e subfacturação de bens e serviços, sobre e sub-expedição de bens e serviços, facturação múltipla de bens e serviços, bens e serviços falsamente descritos (categorização errada); transferência transfronteiriça de fundos sob falsas interpretações; e branqueamento de capitais através de transferências transfronteiriças. Os principais sectores que contribuem são as indústrias, mineração, pescas, construção e comércio. O país tinha formado um grupo de trabalho de FFI para colaboração inter-agências envolvendo o Controlo Cambial, FIC e Alfândegas. Foi também instituído um fórum com reuniões trimestrais e acordos mútuos para abordar os riscos. O país desenvolveu um plano para i) aumentar a capacidade de administrar informação sobre propriedade benéfica para todas as empresas, ii) empregar e reforçar medidas adequadas contra o branqueamento de capitais, iii) implementar a partilha automática de informação fiscal entre países, iv) apoiar iniciativas lideradas pela OCDE, e v) equipar as unidades com formação e capacidade relevantes e criar uma sensibilização do público em geral.

O Sr. Katuna Sinyangwe, Centro de Informação Financeira, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI)- Zâmbia”. Os tipos dominantes de FFI incluem a fixação de preços errados, evasão fiscal agressiva, corrupção nos contratos públicos e investimentos públicos. As indústrias extractivas, a indústria transformadora e o sector público foram os sectores mais afectados pela corrupção e práticas abusivas relacionadas com o cobre, pedras e metais preciosos, bens de consumo e projectos governamentais. O Sr. Sinyangwe reflectiu que as empresas multinacionais e os funcionários do sector público eram os principais perpetradores dos FFI no



país. O país ainda não tinha adoptado uma estratégia e um plano nacional específico para os FFI, mas estava em vias de adoptar uma Política e Estratégia Nacional Anti-Lavagem de Dinheiro (AML)/Contra o Financiamento do Terrorismo (CTPF). Esta política e estratégia abordaria aspectos dos FFI. Ainda não havia iniciativas inter-agências específicas exclusivamente dedicadas nos FFI. No entanto, tinha sido criado um fórum para as autoridades competentes colaborarem e partilharem informações sobre o combate aos crimes financeiros, tais como a Autoridade Anti-Lavagem de Dinheiro e o Grupo de Trabalho Nacional de Altos Funcionários. Entre as medidas que o país já adoptou para reduzir os FFI incluem-se: i) o reforço do regime fiscal e dos mecanismos para controlar a produção das indústrias extractivas, ii) a operacionalização do Centro de Informação Financeira e o reforço do regime AML/CTPF, iii) a implementação da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI).

Sessão III: Estudos de casos de países e questões em causa em África

A sessão, moderada pelo Sr. Douglas Kigabo Bitonda, UNECA, consistiu em seis apresentações do Burkina Faso, Gana, Gabão, Nigéria, Senegal e África do Sul para partilhar experiências sobre os desafios e lições aprendidas no trabalho pioneiro de medição dos FFI. Os países seguiram o mesmo conjunto de questões colocadas aos seus pares.

O Sr. Placide Some, Instituto Nacional de Estatística e Demografia, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Burkina Faso”. As principais FFI predominantes no país incluem evasão e fraude fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção, utilização indevida de fundos públicos, e ciber-criminalidade. O país tinha iniciado medidas, tais como a adopção de um plano de acção em 2017 para lutar contra os FFI; ratificação de convenções relevantes, incluindo medidas relacionadas com a prevenção da erosão fiscal e transferência de benefícios; adesão a fóruns relevantes, incluindo o BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) e a iniciativa Transparência Fiscal em África, entre outros. O país é também beneficiário dos serviços de inspecção da Inspeção Fiscal sem Fronteiras (IIFS).

Maxwell Hlorgbey, Serviço de Estatística do Gana, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Gana”. Os fluxos que são mais relevantes para o país incluem a fixação de preços errados do comércio de importação e exportação, escalada de custos na indústria extractiva (petróleo e minerais sólidos), investimento directo estrangeiro (para dentro e para fora), investimento de carteira (activos e passivos), banca e finanças, digital e economia paralela. O país

tinha iniciado várias medidas para estimar e refrear os FFI. Um grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC) liderado pelo Centro Integrado de Desenvolvimento Social (ISODEC), com o apoio do PNUD-Gana e Trust Africa e da Fundação Ford, abordou o Governo do Gana com uma proposta para conduzir uma investigação sobre FFI em 2014. Fez parte dos esforços de mobilização de recursos domésticos para o desenvolvimento nacional. O Governo autorizou então o ISODEC a assumir o papel de liderança com o Ministério das Finanças para fornecer apoio não financeiro e usar o seu poder de convocação para construir e sustentar interesses políticos e intelectuais e o impulso para o esforço. Uma equipa liderada por OSC organizou as actividades. Foi criada uma comissão interministerial, presidida pelo Vice-Presidente do Gana, que também preside a Equipa de Gestão Económica (EMT). Foram criadas quatro comissões técnicas para colaboração e partilha de informação entre as partes interessadas para abordar os FFI. Com esta nova iniciativa para pilotar a medição dos FFI, o mandato deste comité poderia ser alargado para lidar com os FFI, ou poderia ser criado um novo comité dedicado aos dados, métodos e relatórios sobre os FFI.

Theodora Laban, Comissão Nacional de Luta contra a Corrupção e o Enriquecimento Ilícito do Gabão, apresentou a “Medição dos Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - Gabão”. Os principais tipos de FFI no país compreendem elementos fiscais e comerciais e relacionados com a corrupção, tais como evasão e fraude fiscal, branqueamento de dinheiro relacionado com actividades criminosas, contratos públicos, criminalidade relacionada com recursos naturais, e exploração ilegal de minerais. As iniciativas nacionais existentes para reduzir os FFI incluem a concepção em curso de um Plano de Acção Nacional (PAN). O plano de acção foi desenvolvido com base no último relatório da UNECA sobre FFI em África. Outras iniciativas relevantes incluem o diagnóstico de questões de governação e corrupção, e os riscos de FFI emergentes da implementação de políticas públicas em 2021, e o relatório nacional sobre o perfil de risco dos FFI no Gabão.

Anne Ibrahim, Escritório Nacional de Estatística, apresentou a “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI)- Nigéria”. Os tipos dominantes de FFI no país incluem o comércio ilegal de armas e o financiamento do terrorismo, facturação incorrecta do comércio, evasão fiscal, contrabando de produtos agrícolas e minerais, suborno, e actividades relacionadas com a corrupção. Os FFI afectaram o país através do impacto adverso na indústria extractiva, sector agrícola, comércio doméstico e internacional, sector financeiro, administração do sector público (segurança/defesa), bem como nos sectores das telecomunicações/digitais e imobiliário. O país adoptou várias medidas como uma tentativa de refrear os FFI: aderiu à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) em 2003, e na sequência disso, a Assembleia Nacional criou a Iniciativa de

Transparência das Indústrias Extractivas como uma iniciativa de transparência, responsabilização e anticorrupção em 2007; assinou tratados e acordos internacionais para combater a evasão e fraude fiscal internacional; promulgou a Lei das Minas de 2007 e a Lei das Finanças de 2020; iniciou o esquema de declaração voluntária de activos e rendimentos e o esquema de verificação do número de bancos; assinou tratados bilaterais com a Suíça, os Emiratos Árabes Unidos, o Reino Unido e os Estados Unidos para a devolução de activos roubados; desenvolveu o programa de denúncia de irregularidades, entre outros.

Sr. Malick Diop, Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal, apresentou a “Medição de fluxos financeiros ilícitos (FFI)- Senegal”. Os principais tipos de FFI são branqueamento de capitais, suborno, evasão fiscal e falsificação de transacções comerciais por empresas internacionais, declarações fiscais incorrectas sobre o volume de negócios e despesas comerciais de empresas formais, e corrupção. O país tinha iniciado várias medidas para reduzir os FFI, tais como: i) desenvolver uma estratégia nacional anticorrupção 2020-2024, ii) adoptar a Lei Uniforme n.º 2018-03 de 23 de Fevereiro de 2018 sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (AML/CFT), iii) criar o decreto n.º 2019-1499 de 18 de Setembro de 2019 sobre AML/CFT iv) finalizar o manual de procedimentos para a gestão de títulos mineiros e controlos sistemáticos das transacções de títulos mineiros.

Michael Masiapato, o Centro de Informação Financeira, apresentou sobre “Medição de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) - África do Sul”. Os principais tipos de FFI incluem corrupção, actividades criminosas, contrabando de dinheiro em massa e evasão fiscal comercial. O país tinha adoptado várias medidas para resolver as questões dos FFI. Em 2018 foi formado um Grupo de Trabalho Inter-Agências composto pelo Grupo de Trabalho de Tarefas e pelo Grupo de Trabalho Operacional Inter-Agências (IAWG). O primeiro é responsável pela recepção e selecção de casos que requerem uma abordagem multiagências e multidisciplinar, enquanto o segundo é responsável pela coordenação e direcção geral dos assuntos dos FFI. Existem o Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos (NRA) e Avaliação Mútua (AM) com vários subgrupos. O país desenvolveu uma definição e âmbito de trabalho dos FFI, e os casos são seleccionados com base nestes critérios. Até agora, um total de R400 milhões já tinha sido recuperado, e vários casos estavam a ser julgados. O país desenvolveu recomendações para melhorar a prevenção, detecção, e acusação dos FFI no país.

As apresentações dos pilotos forneceram informações cruciais sobre os tipos de FFI, as iniciativas empreendidas, os principais interessados envolvidos, e as expectativas dos países do evento

regional e do projecto em geral. As expectativas eram principalmente de dois tipos: individuais e colectivas. Estes são indicados abaixo.

1. Aprendizagem entre pares para enfrentar os desafios regionais comuns e partilhados para reduzir os FFI;
2. Capacitação de agências relevantes para a identificação e investigação de FFI;
3. Formação de vários métodos, conteúdo prático indicando diferentes variáveis para estimar FFI, e casos práticos de estimativa de FFI;
4. Capacitação para compreender estatísticas sobre várias componentes dos FFI, tais como branqueamento de capitais, evasão fiscal, corrupção e avaliação de despesas que poderiam ser assimiladas como imposto sobre o rendimento das sociedades
5. Formação para compreender a avaliação de risco, casos específicos relacionados com crimes financeiros, o processo de recuperação de bens, e a troca informal no mercado monetário.
6. Identificação dos principais intervenientes no ecossistema dos FFI a nível nacional e regional e parceria para reduzir os FFI;
7. Partilha de experiências de medidas de combate e planos de acção para combater os FFI;

Sessão IV: Directrizes e caminho a seguir para os países-piloto em África

A sessão, moderada pela Sra. Kathy Nicolaou-Manias, UNECA, consistiu em cinco apresentações: uma apresentação sobre as Directrizes da UNCTAD para medir os FFI fiscais e comerciais, duas apresentações sobre as Directrizes da UNODC para medir os FFI associadas às actividades de tráfico (enfoque nas drogas + fauna e flora), uma apresentação sobre as actividades do Piloto - passos, ferramentas e recursos e, finalmente, uma apresentação sobre o Caminho a Seguir para a implementação do projecto para medir os FFI.

A sessão começou com a apresentação do Sr. Bojan Nastav, UNCTAD, sobre as Directrizes para a Medição Estatística de FFI Fiscais e Comerciais. Existem várias abordagens estatísticas e econométricas para medir os FFI. As directrizes fornecem várias opções para a medição de FFI, e os critérios de selecção incluem a solidez dos métodos, os dados da fonte, e a qualidade do resultado. Por exemplo, os FFI gerados pela facturação comercial incorrecta poderiam ser medidos

através de um método de filtro de preços e do método do país parceiro - ambos fornecendo medidas separadas dos FFI para verificar a robustez da estimativa. Vários outros métodos disponíveis para medir FFI incluem FFI relacionados com riqueza offshore, evasão fiscal por indivíduos, e transferência de lucros de grupos de empresas multinacionais (MNEs), entre outros. A selecção do método seria feita pelo país e decidida. As autoridades nacionais seleccionariam a metodologia apropriada para medir os FFI com base nas circunstâncias do país, na disponibilidade de dados e na capacidade estatística. As directrizes forneceriam os instrumentos necessários para medir os FFI seleccionados pelas autoridades nacionais envolvidas. Manifestou o seu vivo interesse em aprender com os pares a partir deste exercício para aperfeiçoar as directrizes metodológicas.

Diana Diana Camerini, UNODC, fez uma apresentação sobre as Directrizes do UNODC para medir os FFI associadas às actividades de tráfico (foco em drogas + vida selvagem). Diana Camerini explicou o lado da geração de rendimentos dos FFI, medido como o valor económico de um mercado ilícito de drogas (“dimensão do mercado”) gerado pelo tráfico de drogas. O conceito segue os quadros do SNA e da BoP. Os três principais agregados económicos para o cálculo incluem receitas, custos, e lucros gerados por essa actividade ilícita específica. A produção/rendimento ilícitos líquidos é medida como a diferença entre a produção bruta ilícita e a despesa intermédia ilícita. O equilíbrio da equação procura-oferta ajuda no processo de estimativa das quantidades de droga através do cálculo dos FFI de importação e exportação que representam as entradas e saídas. Para calcular os FFI resultantes do mercado de drogas ilícitas, os dados necessários ou informações qualitativas são quantidades dessa droga ilícita, preço, agentes e rotas. Os dados poderiam ser recolhidos e verificados junto das autoridades nacionais e subnacionais e dos países limítrofes ou países de origem/destino.

Irmgard Zeiler, UNODC, fez uma apresentação sobre “Cadeias de valor e fluxos financeiros ilícitos do comércio de marfim e corno de rinoceronte” com base nos resultados do Relatório Mundial sobre Crimes contra a Vida Selvagem 2020. A estimativa foi feita seguindo uma abordagem de baixo para cima. O âmbito do estudo foi as cadeias globais de abastecimento de marfim e corno de rinoceronte desde os países de origem até aos países de destino para medir os FFI em cada fase desta cadeia de abastecimento. O tráfico ilícito de animais selvagens é principalmente impulsionado por lucros como qualquer mercado, mas o conhecimento sobre o funcionamento das cadeias de valor e o rendimento ilícito é limitado, ao contrário dos mercados regulares. O valor dos crimes contra a vida selvagem compreende a média anual estimada de receitas ilícitas através de toda a cadeia de valor e a média anual estimada de perdas económicas provenientes de impostos, custos ambientais, recursos naturais, e potenciais perdas turísticas. Estas

últimas podem ser muito mais elevadas do que as primeiras. Explicou que para estimar os FFI de crimes contra a vida selvagem, seria crucial ter uma monitoria sistemática dos dados sobre preços para compreender a dinâmica do mercado, informação sobre oferta e procura a nível nacional ou sub-regional e informação qualitativa e quantitativa sobre fluxos comerciais e actores envolvidos no comércio.

Amandine Rushenguziminega, UNCTAD, fez uma apresentação sobre a “Visão Geral do Projecto” partilhando a linha temporal e as várias fases de implementação do projecto entre Junho e Dezembro de 2021. Na sequência do evento regional em Fevereiro, 12 países tinham manifestado interesse em participar no projecto. Os recursos disponíveis para as agências nacionais incluem o Quadro Conceptual, orientações metodológicas incluindo orientações para as autoridades nacionais. Foram seleccionados consultores nacionais para apoiar as autoridades nacionais nos testes-piloto de medição dos FFI seleccionadas em apoio à UNCTAD e à UNECA. As actividades incluem uma Avaliação de Risco dos FFI, mapeamento das agências, formação de um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre os FFI, formação e recursos, revisão da disponibilidade de dados, apoio durante os testes-piloto, reunião de encerramento e plano de acção. Apresentou a equipa do projecto que estava a apoiar várias componentes de coordenação e apoio técnico.

Discussão, perguntas e respostas

A sessão abordou questões em causa nos países africanos para consideração na medição de FFI e as actividades piloto relacionadas. Houve um interesse substancial entre os participantes sobre o tema. As questões principais eram de dois tipos: 1) pontos de discussão gerais relacionados à Estrutura Conceitual e 2) questões específicas sobre metodologia, cobertura e contextos específicos de cada país.

As seguintes questões foram levantadas durante as sessões de perguntas e respostas:

- A discussão começou em torno da Estrutura Conceitual, sua abrangência, motivação para mensurar os FFI, critérios para selecção de prioridades, modalidades de implementação e expectativa dos projectos. Foi discutido que compreender os canais dos FFI, como dinheiro físico, transferências bancárias, facturação incorrecta, etc., eram cruciais. A Estrutura Conceitual foi desenvolvida e essas questões precisam ser testadas para aprender com os países-piloto. Em termos de prioridades, a selecção seria feita pelo país com base no

contexto do país; a selecção, então, informaria a metodologia apropriada para medir o mesmo. A prioridade da UNCTAD-UNODC-UNECA seria melhorar a medição estatística e a capacidade dos Estados membros.

- Houve uma discussão sobre as questões da informalidade e a natureza oculta dos FFI. A opacidade constitui um desafio significativo na medição de FFI. No entanto, uma série de métodos seria aplicada para explorar dados relevantes por meio da triangulação de fontes de países parceiros sobre vários tipos de FFI para lidar com a questão. A Estrutura Conceitual era abrangente e podia medir todos os principais tipos de FFI, incluindo FFI gerados a partir de fenómenos informais, não observados e ilegais.
- Espera-se que diferentes regiões priorizem diferentes tipos de FFI, dependendo de seu contexto e prioridades. Para a África, pode haver maior importância nas actividades relacionadas a produtos em comparação com outras regiões do mundo. Como tal, a facturação comercial adulterada pode ser o tipo de FFI seleccionado pela maioria dos países.
- Houve uma discussão sobre se e como as actividades ilegais do sector informal seriam capturadas e como diferenciar entre actividades ilegais e ilícitas. A Estrutura Conceitual se concentraria em fluxos transfronteiriços. Como tal, pode-se esperar que um foco seja dado às economias formais. A Estrutura Conceitual concentrou-se nas actividades comerciais para delinear a diferenciação entre a combinação complexa de actividades ilegais e ilícitas.
- A reunião discutiu se haveria uma ferramenta para apoiar os países na selecção das prioridades do país e se medidas poderiam ser incluídas no SCN. Confirmou-se que não havia ferramentas disponíveis para esse fim e que a selecção seria feita pelos países com base nas prioridades nacionais, disponibilidade de dados e conhecimento. Além disso, em termos de inclusão de metodologias estabelecidas, seria um processo longo, e nenhuma recomendação poderia ser esperada em breve. Enquanto isso, a Estrutura Conceitual seguiria SNA 2008 e BPM6.
- Em termos de metodologia, uma ênfase seria dada à metodologia estatística em comparação com a metodologia econométrica. No entanto, ambos seriam usados dependendo da prioridade do país, disponibilidade de dados, selecção da metodologia. Um par de métodos seria implantado para garantir robustez. As directrizes para a medição

estatística de FFI fiscais e comerciais tinham uma metodologia especificada por níveis. O resultado da metodologia de nível 1 seria considerado de maior qualidade e robusto do que o resultado das metodologias de nível 2 e 3.

- Houve uma discussão sobre o alinhamento e harmonização do relatório Thabo Mbeki e este projecto. O relatório Mbeki enfocou principalmente a adulteração de facturas comerciais, enquanto a Estrutura Conceitual deste projecto considera um conjunto mais amplo de FFI, incluindo a adulteração de facturas comerciais. Como a génese deste projecto é a agenda dos ODS, o projecto consideraria FFI transfronteiriços. No entanto, FFI domésticos também seriam considerados para trabalhos futuros. Como os elementos domésticos provavelmente terão menos dados disponíveis, pode ser mais complicado.
- A Estrutura inclui todos os tipos de FFI, incluindo 1) actividades fiscais e comerciais; 2) mercados ilegais; 3) corrupção; e 4) actividades do tipo exploração e financiamento do crime e do terrorismo. Os FFI também podem ser medidos separadamente para geração e gestão de receitas. Nesse ponto, a intenção era obter comentários e experiências dos Estados membros para refinar as directrizes sobre as metodologias. A medição da corrupção não seria tentada na primeira fase dos pilotos devido à sua complexidade.
- Houve uma discussão sobre se os países que implementam o projecto examinarão as estruturas legislativas e institucionais para lidar com os FFI. Foi enfatizado que um quadro legislativo sólido é crucial como base dos esforços para conter os FFI, bem como o acesso aos dados necessários para estimá-los. Por meio deste projecto, os países teriam aprendizagem entre pares para uma melhor arquitectura legal e institucional e compartilhamento de dados para abordar as questões dos FFI. Após o evento regional, o projecto implementaria seminários nacionais envolvendo todos os principais interessados. No nível nacional, seria possível mapear as partes interessadas, a infra-estrutura legislativa e institucional existente, a lacuna existente e as medidas legislativas relevantes a serem adoptadas para lidar com os FFI. Foi reflectido que a vontade política seria crucial para a implementação eficaz do projecto e para conter os FFI. Os países podem aprender com suas experiências para capacitá-los a se preparar melhor para os desafios.
- A UNECA realizou pesquisas sobre arquitectura institucional para conter os FFI na África em 2020, e um relatório baseado na pesquisa seria publicado em breve. O relatório avaliou

os diferentes arranjos institucionais do ecossistema de FFI que são necessários para abordar os FFI de maneira eficaz. Também indicaria um conjunto de políticas e iniciativas que os países podem empreender para reduzir os FFI. Como tal, a publicação, juntamente com outras actividades em andamento, seria sinérgica para a implementação deste projecto DA.

Discurso de encerramento

O Sr. Mukungu, UNECA, apresentou os pontos focais do secretariado e os consultores nacionais aos países-piloto. Também explicou que os Escritórios Coordenadores Residentes da ONU (RCOs) seriam os parceiros cruciais para a implementação do projecto e que o secretariado trabalharia em estreita colaboração com os RCOs. O consultor nacional seria a ponte entre a equipe UNECA-UNCTAD, o escritório RCO e o país para enfrentar o desafio das restrições de viagens relacionadas ao COVID-19. O objectivo principal seria apoiar o desenvolvimento do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre FFI para os países que ainda não haviam estabelecido tal órgão coordenador. Também assegurou que os consultores nacionais estariam em contacto com os países no devido tempo.

A Sra. Anu Peltola, UNCTAD, explicou que o trabalho do projecto seria liderado pelo país. A UNECA-UNCTAD apoiaria os países que fazem parceria com RCOs e PNUD em nível de país. Haveria três fases de implementação deste projecto. A primeira fase seria a fase de revisão, onde as principais partes interessadas seriam mapeadas com colaboração aprimorada. Uma avaliação da disponibilidade de dados e capacidade estatística também seria feita nesta fase para seleccionar a metodologia apropriada de FFI. Na fase seguinte, seriam disponibilizados ao país treinamentos e testes com a possibilidade de aprendizagem entre pares de outros países que tivessem empregado a mesma metodologia. Finalmente, haveria uma fase de recapitulação para compartilhamento de conhecimento, lições aprendidas e plano de acção para melhorar os dados, a capacidade estatística e aumentar o investimento em infra-estrutura estatística, quando necessário. Agradeceu a todos pela participação.

Em nome da UNECA, Sr. Mukungu, a UNECA agradeceu aos participantes por sua participação activa e forte apoio e interesse no projecto e assegurou-lhes que todo o material seria

disponibilizado oportunamente. Também agradeceu aos intérpretes e outros colegas pelo apoio nas questões administrativas e logísticas. A reunião foi então encerrada.

Anexos

Observações, perguntas e respostas importantes restantes

Existem dificuldades em usar dados comerciais. Além das práticas comerciais dos FFI, há algum apoio ou capacitação para os NSSs?

Existe uma confusão entre assimetria comercial e facturação incorrecta. Actualmente, as assimetrias comerciais não foram filtradas de todas as partes da facturação comercial adulterada. Essas questões seriam discutidas durante o seminário e eventos nacionais de capacitação.

O projecto actual concentra-se na medição dos fluxos transfronteiriços, mas os FFI também estão dentro das fronteiras. Podemos olhar para isso no futuro?

A génese deste projecto é a Agenda 2030. Dentro dessa agenda abrangente, a Estrutura Conceitual está interessada em fluxos transfronteiriços. Várias comissões regionais já levantaram esta questão dos fluxos ilícitos internos. Embora a UNCTAD-UNODC tenha tomado nota deste ponto, actualmente o projecto se concentraria nos fluxos transfronteiriços. Além disso, os fluxos domésticos sem nenhum componente transfronteiriço provavelmente terão menos dados. Como tal, a medição seria mais complicada.

A Estrutura Conceitual considera a adulteração de facturas comerciais tanto como uma fonte de financiamento ilícito (via evasão de impostos sobre o comércio) e como uma via para movimentar o financiamento ilícito através das fronteiras (como um FFI)? Em caso afirmativo, onde considera a facturação comercial adulterada como fonte de financiamento ilícito?

A Estrutura Conceitual cobre todo o espectro de categorias de FFI, ou seja, FFI comerciais e comerciais, bem como FFI do lado criminoso, como corrupção, mercados ilegais e FFI do tipo extorsão. A facturação comercial adulterada considera apenas os FFI fiscais e comerciais e, como tal, não está necessariamente gerando receitas; em vez disso, serve como um canal (um caminho) para mover os fluxos financeiros através das fronteiras. Esses fluxos que estão sendo movimentados, no entanto, fazem parte dos FFI porque são transferidos ilicitamente, não gerados. Eles podem, por sua vez, também ser usados de maneira totalmente lícita. As questões de geração de renda de FFI fiscais e comerciais e questões de sobreposição entre vários tipos de FFI ainda precisam ser totalmente resolvidas no próximo trabalho metodológico.

Existe globalmente alguma metodologia para FFI por países?

A metodologia proposta de FFI cobrirá toda a cadeia de valor?

Existem vários métodos para medir FFI. O país seleccionaria a metodologia apropriada dependendo do contexto do país, disponibilidade de dados e prioridade. O UNCTAD-UNODC pode fornecer recomendações. Pelo menos dois métodos seriam empregados para qualquer estimativa de FFI para verificar a robustez. A Estrutura Conceitual cobre todo o espectro de categorias de FFI, ou seja, FFI comerciais e comerciais, bem como FFI do lado criminoso, como corrupção, mercados ilegais e FFI do tipo extorsão. Portanto, cobriria toda a cadeia de valor.

Programa



Programa

Seminário regional de lançamento de actividades-piloto para a medição de Fluxos financeiros ilícitos (FFI) em África

Data Quarta-feira 16 e quinta-feira 17 de Junho de 2021
Local Online - os links para a reunião online serão partilhados no momento da inscrição

Hora na África Ocidental (WAT) 11:00 – 14:00
Hora UTC+1 12:00 – 15:00
Hora na África do Sul e CET 13:00 – 16:00
Hora na África Oriental (EAT) 14:00 – 17:00

Língua O encontro será realizado em inglês.
Interpretação disponível:
Inglês <> Francês
Inglês <> Português

PRIMEIRO DIA - 16 DE JUNHO (EAT)

Presidente da sessão Anu Peltola, UNCTAD

14:00 – 14:15 **Comentários de boas-vindas e Agenda**
Bartholomew Armah, UNECA & Steve MacFeely, UNCTAD

Sessão 1

14:15 – 14:30 **Projecto de Conta de Desenvolvimento da ONU sobre FFI em África**
Allan Mukungu, UNECA

14:30 – 15:00 **Quadro conceptual para a medição estatística dos FFI**
Enrico Bisogno, UNODC & Steve MacFeely, UNCTAD

15:00 – 15:30 **P&R**
Todos os participantes

15:30 – 15:45 **INTERVALO**



Presidente da Sessão Allan Mukungu, UNECA

Sessão 2

15:45 – 16:45 **Sessão I: Apresentações em países-piloto** - Angola, Benim, Moçambique, Camarões (TBC), e Namíbia (10min por país)

16:45 – 17:15 **P&R**
Todos os participantes

17:15 FIM DO PRIMEIRO DIA

SEGUNDO DIA - 17 DE JUNHO (EAT)

Presidente da sessão Douglas Kigabo Bitonda, UNECA

Sessão 3

14:00 – 15:00 **Sessão II: Apresentações de países pilotos** - Burkina Faso, Gana, Gabão, Nigéria, Senegal e África do Sul (10 min por país))

15:00 – 15:30 **P&R**

15:30 – 15:45 **INTERVALO**

Presidente da Sessão Kathy Nicolaou-Manias, UNECA

Sessão 4

15:45 – 16:15 **Directrizes da UNCTAD para medir FFI fiscais e comerciais e Directrizes do UNODC para medir FFI associados a actividades de tráfico (foco em drogas + vida selvagem)**
Bojan Nastav, UNCTAD, Diana Camerini&Irmgard Zeiler, UNODC

16:15 – 16:30 **Actividades-piloto - etapas, ferramentas e recursos**
Amandine Rushenguziminega, UNCTAD

16:30 – 17:00 **P&R**
Todos os participantes

17:00 – 17:15 **O caminho a seguir**
Allan Mukungu, UNECA

17:15 FIM DO SEGUNDO DIA

Participantes

Lista de participantes no Seminário Regional de Lançamento de Actividades-Piloto para medir os FFI em África

16-17 de Junho de 2021

Estados membros da UNECA

Angola

- Sra. Alexandra N'Gaca, Unidade de Dupla Tributação, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Anderson Vitangaiala, Unidade de Dupla Tributação, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. António Luís, Ministério das Finanças, Angola
- Sr. Elias Canga, Banco Nacional de Angola, Angola
- Sra. Elsa Pereira, Departamento de Cooperação Internacional, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Erivelto Bastos, Departamento Anti-Fraude, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Evaristo Paxe, Departamento Anti-Fraude, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Galiano Morais, Unidade de Informação Financeira, Angola
- Sra. Gorki Salvador, Ministério das Finanças, Angola
- Sra. Isabel Castelo, Serviço de Inteligência e Segurança do Estado
- Sr. Jivkov Bess, Unidade de Informação Financeira, Angola
- Sra. KéliaCeitil, Unidade de Intercâmbio de Informações, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Ladislau Gomes, Departamento Anti-Fraude, Administração Fiscal Geral, Angola

- Sr. Luís Cardoso, Regras e Procedimentos Aduaneiros, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sra. Luísa Calheiros, Serviço de Inteligência e Segurança do Estado
- Sr. Mário Dombolo, Departamento Anti-Fraude, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Miguel Guela, Tarifas e Comércio, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sra. Nhara Melo, Inspeção Aduaneira, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Nicodemos Pinto, Direcção dos Serviços Aduaneiros, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Paulo Carvalho, Unidade de Intercâmbio de Informações, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sra. Virgínia Malute, Unidade de Intercâmbio de Informações, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Ricardo João, Unidade de Informação Financeira, Angola
- Sr. Soraya Cardoso, Unidade de Informação Financeira, Angola
- Sr. Jivkov Bessa, Unidade de Intercâmbio de Informações, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sr. Ladislau Gomes, Departamento Anti-Fraude, Administração Fiscal Geral, Angola
- Sra. Svetlana Santos, Ministério das Finanças, Luanda, Angola

Benim

- Sr. Acakpo Franck Ghislain M., Comissário de Polícia de 1ª Classe, Brigada Económica e Financeira, Cotonou, Benim

- Sr. Ahoton Gilbert, Responsável pelas queixas e denúncias e monitoria da eficácia das declarações de bens, Autoridade Nacional de Luta contra a Corrupção (ANLC), Cotonou, Benim
- Sr. Akpaki Kasso Innocent, Chefe da Brigada de Investigações, Inteligência e Análise de Risco (BERAR), Direcção-Geral dos Impostos, Cotonou, Benim
- Irmã Allowanou Kokou Brice, Comissária da Polícia Divisional, Chefe da Brigada Económica e Financeira, Brigada Económica e Financeira, Cotonou, Benim
- Ir. Babalola Adékoulé Josué, Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos da Receita Nacional das Alfândegas, Direcção Geral das Alfândegas e Direitos Indirectos (DGDDI), Cotonou, Benim
- Sr. CodjoDagbégnon Valentin, Encarregado de Projecto e de Comunicação, Autoridade Nacional de Combate à Corrupção (ANLC), Cotonou, Benim
- Sr. Edou Akowofio, Controlador Aduaneiro na Direcção de Inteligência e Investigações Aduaneiras (DRED), Direcção Geral de Alfândegas e Direitos Indirectos (DGDDI)
- Sr. Essessinou A. Raïmi, Director de Estatística e Estudos Económicos, Instituto Nacional de Estatística e Análise Económica (INSAE), Cotonou, Benim
- Sr. Gbenou F. S. Antoine, Director de Investigações Financeiras e Cooperação Administrativa 31 Unidade Nacional de Processamento de Informação Financeira (CENTIF), Cotonou, Benim
- Sr. Hologan C. L. Francine, Oficial de Pesquisa, Instituto Nacional de Estatística e Análise Económica (INSAE), Cotonou, Benim

- Sr. Houedanou F. G. Serge, Secretário-Geral, Unidade Nacional de Processamento de Informações Financeiras (CENTIF), Cotonou, Benim
- Sr. Hounkpevi Dossou Marius, Chefe da Brigada Geral de Verificação n ° 1 da DGE, Direcção Geral de Impostos, Cotonou, Benim
- Sr. Hounkpevi Frédéric, Chefe do Departamento de Controle de Gestão, Direcção Geral de Investimentos do Estado e Desnacionalização (DGPED), Cotonou, Benim
- Sr. Hounliho Beaudelaire, Chefe da Unidade de Apoio da DG, Direcção-Geral da Participação do Estado e Desnacionalização (DGPED), Cotonou, Benim
- Sr. Issika Abou Bakary, Director Geral Adjunto, Agência Nacional de Supervisão de Sistemas Financeiros Descentralizados (ANSSFD), Cotonou, Benim
- Sr. Obossou O. Hervé, Chefe de Estatística e Estudos de Actividades Terciárias, Instituto Nacional de Estatística e Análise Económica (INSAE), Cotonou, Benim
- Sr. Zomahoun Tchala S. Roméo, Director de Estudos Estatísticos e Informáticos, Agência Nacional de Supervisão de Sistemas Financeiros Descentralizados (ANSSFD), Cotonou, Benim

Burkina Faso

- Sr. Barro Seydou, Magistrado, Substituto do Ministério Público de Faso, próximo ao tribunal superior de Ouaga, Ministério da Justiça, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Kabore Mitibkièta Moussa, Magistrado, membro do Departamento de Assuntos Criminais e Carimbo, Ministério da Justiça, Ouagadougou, Burkina Faso

- Sr. Kabore Moustapha, Engenheiro Estatístico Economista, Instituto Nacional de Estatística e Demografia, Engenheiro Estatístico Economista, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Kabore Tidiane, Chefe do Departamento de Relações Fiscais Internacionais, Direcção Geral de Impostos, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Ouedraogo Bernard, Diretor de Controle Tributário, Direcção Geral de Impostos, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Ramde François, Engenheiro Estatístico Economista, Instituto Nacional de Estatística e Demografia, Engenheiro Estatístico Economista, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Sakande Inoussa, Estatístico da Direcção Geral de Estudos e Estatísticas do Sector, Ministério da Justiça, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Sakande Mahamoudou, Oficial de Pesquisa, Secretariado Permanente do Comité Nacional de Políticas Económicas, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sra. Sara Karim, Engenheira Estatística Economista, Instituto Nacional de Estatística e Demografia, Engenheira Estatística Economista, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Segda Issa, Oficial de Pesquisa, Secretariado Permanente do Comité Nacional de Políticas Económicas, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Sokondou Issa, Director de Investigações e Pesquisa Fiscal, Direcção Geral de Impostos, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Some Placide, Engenheiro Estatístico Economista, Instituto Nacional de Estatística e Demografia, Engenheiro Estatístico Economista, Ouagadougou, Burkina Faso

- Sr. Tapsoba Madi Prosper, Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos e Institucionais, Unidade Nacional de Processamento de Informações Financeiras, Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos e Institucionais, Ouagadougou, Burkina Faso
- Sr. Yameogo K. Issaka, Chefe do Departamento responsável pela supervisão multilateral, Secretariado Permanente do Comité Nacional de Políticas Económicas, Ouagadougou, Burkina Faso

Gabão

- Sr. Alda Nissa Mpinoboumou Ngoulakia, Tribunal de Contas
- Sr. Alex Moutsiangou, Tribunal de Contas
- Sr. Anicet OGANDAGA, Departamento de Instituições Financeiras, Ministério da Economia e Recuperação Benjamin Mba Ndong,
- Sr. Autoridade Nacional de Verificação e Auditoria (ANAVEA)
- Sr. Bridon Romaric BekwissiItodjangoue, Promotor Público do Tribunal de Primeira Instância de Libreville
- Sr. Etienne Tabi Mbang, Grupo de Acção contra a Lavagem de Dinheiro na África Central (GABAC)
- Sr. Evrard BOUTOGOU, Ministério Público do Tribunal de Primeira Instância de Libreville
- Sra. Eulalie Mboza Ep. Omanda Nambo, Agência Nacional de Investigações Financeiras
- Sr. Georges Joseph Casimir Etoughe Biyoghe, Presidente da Assembleia Nacional (AN)
- Sr. Hasse Alphonse Nziengui, Presidente da Assembleia Nacional (AN)
- Sr. Hervé Essimba, Ministério da Promoção da Boa Governação e Combate à Corrupção (MPBGLCC)

- Sr. Ismael Gnamalengougou, Comissão Nacional de Combate à Corrupção e Enriquecimento Ilícito (CNLCCEI)
- Sr. Jean-Felix Mabiala, FDSE (Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional e Gestão de Organizações)
- Sr. Jean-François Ndongou, Presidente da Assembleia Nacional (AN)
- Sr. Jean Justin Nang Ondo, Departamento de Instituições Financeiras
- Sr. Marcellin Nziengui, Ministério para a Promoção da Boa Governança e Combate à Corrupção (MPBGLCC)
- Sr. Paul N’Na, Ministério para a Promoção da Boa Governança e Combate à Corrupção (MPBGLCC)
- Sr. Philemon Nsi Ella, FDSE (Centro de Pesquisa em Gestão de Organização e Desenvolvimento Internacional)
- Sr. Roger Leka, Agência Nacional de Investigações Financeiras
- Sr. Rosin ClautherMbami, Comissão Nacional de Combate à Corrupção e Enriquecimento Ilícito (CNLCCEI)
- Sra. Theodora Aleka Laban, Comissão Nacional contra a Corrupção e o Enriquecimento Ilícito (CNLCCEI)

Gana

- Sr. Ali-Nakye, conferencista
- Sr. Ama A. Ahene-Codjoe, professor, Universidade de Ghana-Legon
- Sra. Angela Azumah Alu, estudante de doutorado-UG, Universidade de Ghana-Legon

- Sra. Aki Sawyer, presidente do grupo de pesquisa FFI liderado pelo ISODEC
- Sr. Ben Anaba, analista de políticas, Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC)
- Sra. Charlotte Kogli, conferencista, Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC)
- Sr. Dominic Odoom, Serviço de Estatística de Gana GSS)
- Sr. Dorcas Lomotey, Justiça Fiscal-Gana
- Sr. Ebenezer Harmah, Gerente, Avaliação de Projectos, Comissão de Petróleo
- Sr. Emmanuel Asubonteng, Autoridade de Receitas de Gana (GRA)
- Sra. Emil Meddy, Centro de Informação Financeira
- Sr. Eric Annan, Banco de Gana
- Sr. Frederich Owusu-Mensah, Gerente, Auditoria de Custos, Comissão do Petróleo
- Sr. John Agyaho, Serviço de Estatística de Gana GSS)
- Sr. Joshua Abor, Professor-Escola de Negócios, Universidade de Gana-Legon
- Sr. Kofi Afenu, consultor,
- Sr. Louis Acheampong, Justiça Fiscal-Gana
- Sr. Martin Ayisi, Chefe Executivo, Comissão Mineral
- Sr. Maxwell Hlorgbey, Serviço de Estatística de Gana (GSS)
- Sr. Michael Tettey, analista de políticas, Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC)
- Sr. Moses KoliguYidana, Autoridade de Receitas de Gana (GRA)
- Sr. Richard Afenu, Formarstaff, Comissão Mineral
- Sr. Samuel Annim, Diretor-Geral, Serviço de Estatística de Gana GSS)
- Sr. Samuel Sackey, Autoridade de Receitas de Gana (GRA)

- Sr. Seth Nana Amoako, Centro de Inteligência Financeira (FIC)
- Sr. Vitus Azeem, Justiça Fiscal-Gana
- Sr. Yvonne Botwe, Centro de Inteligência Financeira (FIC)

Lesoto

- Sr. Montseng Tsolo, Banco Central do Lesoto
- Sr. Puseletso Tau, Banco Central do Lesoto
- Sr. Thabang Majoro, Banco Central do Lesoto
- Sr. Thabo Liphoto, Banco Central do Lesoto
- Sr. Thenjiwe Morojele, Banco Central do Lesoto

Moçambique

- Sr. Abdul Remane, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Agostinho Domingos Saene, Ministério da Economia e Finanças
- Sr. Agos Matias, MEF-DNTCEF, Moçambique
- Sr. Alfredo Cumbana, Banco de Moçambique
- Sr. Antonio Rui Chichava, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Alexs Mandlate, Chefe do Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação, Instituto Nacional de Estatística, Moçambique
- Sr. Azevedo Rui Pelembe, Banco de Moçambique
- Sr. Bartels Mbula, Instituto Nacional de Estatística, Moçambique
- Sra. Bernardina Missão, Instituto Nacional de Estatística
- Sr. Davário Mathuque, Autoridade Tributária de Moçambique

- Sr. Diamantino Notiço, Banco de Moçambique
- Sr. Emília Matshinhe, Banco de Moçambique
- Sra. Eugénia dos Santos Quilambo, Ministério da Economia e Finanças
- Sr. Filipe Moisés Uamba, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Frederico Neves, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sra. Jamila Amisse, Instituto Nacional, Moçambique
- Sr. Helmer Maoco, Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, Moçambique
- Sr. Hermínio Simbine, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Ilidio Xerinda, Instituto Nacional de Estatística
- Sr. Maria José Pinto, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sra. Mpinto Samuel, Autoridade Tributaria de Moçambique
- Sr. Nilton Chauque, Instituto Nacional de Estatística
- Sr. NilzaAbdulrramane, Banco de Moçambique
- Sr. Orlando Nhantumbo, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Osvaldo Chiluvane, Banco de Moçambique
- Sr. Paulo Munguambe, Gabinete de Informação Financeira de Moçambique
- Sr. Pércio Paulo Siteo, Autoridade Tributária de Moçambique
- Sr. Safira Moiane, Banco de Moçambique
- Sr. Saide Dade, Consultor Nacional, Moçambique
- Sr. Silvestre Novitos André, Banco de Moçambique

Namíbia

- Sr. Barnabas Shikongo, Analista Estratégico, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Bryan Eiseb, Banco da Namíbia
- Sra. Elizabeth Hendjala, Comissão Nacional de Planeamento
- Sr. Erastus Paulus, Banco da Namíbia
- Sra. Frieda Amwaalwa, Comissão Nacional de Planeamento
- Sr. Gavin van Wyk, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. George Xoagub, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Gerrit Eiman, Director Adjunto, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Graciana Mwenyo, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Harriet Simataa, Banco da Namíbia
- Sr. Jan-Hendrik Conradie, Analista de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Jaungura Kaune, Banco da Namíbia
- Sra. Kevi Xarages, NAMRA
- Sr. Kristian Hamutenya, Director Adjunto, Monitoramento de Conformidade e Supervisão e Análises Estratégicas (FIC), Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Lameck Odada, Consultor Nacional, Namíbia
- Sr. Leonie Dunn, Director, Centro de Inteligência Financeira

- Sra. Lineekela Edward, analista estratégica, Centro de Informação Financeira
- Sra. Margaret Nashandi, Comissão Nacional de Planeamento
- Sr. Mbambi Kamunima, Banco da Namíbia
- Sra. Melintha Fleermuys, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Nambala, Chefe do Conselho de Desenvolvimento Nacional, Comissão Nacional de Planeamento
- Sr. Oliver, Banco da Namíbia
- Sra. Penelao Kapenda, Directora Adjunta, Controle de Câmbio, Banco da Namíbia
- Sr. Taamba Nafuka, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Tielman Mukasa, Analista de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Timothy Karamata, Banco da Namíbia
- Sr. Titus Shikongo, Analista Sénior de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Traceley Brinkman, Analista de Investigações Financeiras, Investigações e Análises Financeiras, Centro de Inteligência Financeira

Nigéria

- Sr. Adedayo Kayode, Comissão de Práticas Independentes e Corruptas e Outras Ofensas Relacionadas

- Sr. Amarachi Mohammed, Unidade de Controlo Especial contra Lavagem de Dinheiro
- Sra. Anne Ibrahim, Instituto Nacional de Estatística
- Sr. Babajide Fowowe, Consultor Nacional
- Barrister Ibekaku-Nwagwu, Conselheiro do Presidente para Reforma do Sector da Justiça / Relações Internacionais
- Sr. David Adeosun, Escritório de Orçamento da Federação
- Sr. David Nkang Odu, Gabinete de AML / CFT, Departamento de Governadores Banco Central da Nigéria
- Sr. EmuesiriOjo, Consultor Técnico do Estatístico-Geral, Instituto Nacional de Estatística
- Sr. Faisal Dikko, Unidade de Inteligência Financeira da Nigéria
- Sra. Francisca Isibhakhomen Badiru, Escritório de Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOPSO), Departamento de Estatísticas, Banco Central da Nigéria
- Sr. Godwin Okpene, Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas da Nigéria
- Sr. Ibanabo Amachree, Unidade de Controlo Especial contra Lavagem de Dinheiro
- Sr. Ibinabo Mary Amachree, Unidade Especial de Controlo contra Lavagem de Dinheiro
- Sr. Kassim Ismail, Receita Federal
- Sr. Leonard Pius Ocheuje, Escritório de Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOPSO), Departamento de Estatísticas, Banco Central da Nigéria
- Sra. Lola Talabi-Oni, Consultora Técnica do Estatístico-Geral, Instituto Nacional de Estatística
- Sra. Malah Josiah Englama, Escritório de Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOPSO), Departamento de Estatísticas, Banco Central da Nigéria

- Sr. Nnamdi-Nkume, Unidade de Controlo Especial contra Lavagem de Dinheiro
- Sr. Oluyinka Akintunde, Comissão de Práticas Independentes e Corruptas e Outras Ofensas Relacionadas
- Sr. Sadiq Suraj Ahmed, Unidade de Inteligência Financeira da Nigéria Sunusi Dan-Alhaji, Unidade de Inteligência Financeira da Nigéria
- Sr. Ubong Sylvanus Udoette, Escritório de Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOPSO), Departamento de Estatísticas, Banco Central da Nigéria

Senegal

- Sr. Abdoulaye NDIAYE, Direcção Geral de Impostos e Domínios
- MrAmaye SY, consultor nacional
- Sr. Cheikh KEBE, DGID
- Sr. CheikhTidiane BA, DCO
- Sr. Elimane KANE, LEGS-Africa
- Sr. Jean Paul DIAGNE, Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal (ANSD)
- Sr. Malick DIOP, Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal (ANSD)
- Sr. Mamadou Ngalgou KANE, Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal (ANSD)
- Sr. Papa Alioune Badara PAYE, EITI
- Sr. Souleyme SANE, Alfândegas
- Sr. Tafsir, HANE, Conselheiro Técnico do Presidente, CENTIF

África do sul

- Sr. Charl Geel, Autoridade de Conduta do Sector Financeiro (FSCA)
- Sr. Christopher Axelson, Tesouro Nacional (NT)
- Sra. Elijah Mazibuko, Banco da Reserva da África do Sul
- Sr. Errol Makhubela, Tesouro Nacional (NT) Fezeka Manase, Tesouro Nacional (NT)
- Sr. Godfrey Baloyi, The South African Revenue Service (SARS)
- Sr. Ismail Momoniat, Tesouro Nacional (NT)
- Sra. Jeanne Borman, Banco da Reserva da África do Sul
- Sr. Joe De Beer, Estatística da África do Sul (Stats SA)
- Sr. Kedibone Dikokwe, Autoridade de Conduta do Sector Financeiro (FSCA)
- Sr. Michael Masiapato, Centro de Inteligência Financeira (FIC)
- Sr. Ngoni Mangoyi, Tesouro Nacional (NT)
- Sr. Pieter Posthumas, Serviço de Receita da África do Sul (SARS) Sakhile Dlamini, Política Operacional de Impostos Domésticos, Autoridade de Receita de Eswatini, Mbabane, Eswatini
- Sr. Raymond Shazi, The South African Reserve Bank Sameera.Dawood-Bhagwan, The South African Reserve Bank Thembile Hlathi, The South African Revenue Service (SARS)
- Sra. Thys Basson, Banco da Reserva da África do Sul

Zâmbia

- Sr. Albert Sikapizye, Gerente de Análise Estratégica, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. David Sakala, Director de Política e Planeamento, Agência de Estatísticas da Zâmbia

- Sr. Innocent Melu, Director de Política e Planeamento, Agência de Desenvolvimento da Zâmbia
- Sr. Joseph Tembo, Agência de Estatística da Zâmbia
- Sr. Katuna Sinyangwe, Gerente de Inspeções, Centro de Inteligência Financeira
- Sr. Laban Simbeye, Autoridade de Receitas da Zâmbia
- Sr. Longa, Economista Sénior, Banco da Zâmbia
- Sr. LitsimSimbangala, Agência de Estatísticas da Zâmbia, Zâmbia
- Sra. Maureen M Mulenga, Gerente Assistente, Desenvolvimento e Operações de Sistemas de Pagamento, Banco da Zâmbia
- Sr. Mushimba, Economista Sénior, Banco da Zâmbia
- Irmã Mwanda Phiri, Instituto da Zâmbia para Análise de Políticas e Pesquisa
- Sr. Shimukunku Manchishi, Instituto de Análise e Pesquisa de Políticas da Zâmbia
- Sr. Shubert Sinkala, Director do Departamento de Monitoramento e Análise, Centro de Inteligência Financeira

Organismos das Nações Unidas, agências especializadas e fundos

- Sr. Alick Nyasulu, ESCAP, Tailândia
- Sra. AanMendozArosales, UNSD
- Sr. Andrea Antonelli, Economista Sénior, Escritório do Coordenador Residente da ONU
- Sra. Ayodele Marshall, ESCAP, Tailândia
- Sr. Emmanuel Chinyama, Escritório do Coordenador Residente da ONU, Zâmbia
- Sra. Eunice Ajambo, Escritório do Coordenador Residente da ONU, Namíbia

- Sr. Muryawan, UNSD
- Sr. Pachoud, CNUCED
- Sr. Simao Muhongo, Escritório do Coordenador Residente da ONU, Luanda, Angola
- Sra. Luckystar Miyandazi, Especialista do Programa, Fiscais Sem Fronteiras - Coordenadora para a África, PNUD, Nairobi, Quênia
- Sr. Simao Muhongo, Escritório do Coordenador Residente da ONU, Luanda, Angola

Organização Intergovernamental

- Sr. Yeo Dossina, Chefe de Políticas Económicas, Divisão de Pesquisa e Estatística, Departamento de Assuntos Económicos, Comissão da União Africana, Addis Abeba
- Sra. Manhando, Economista, Comissão da União Africana, Addis Abeba
- Sr. Tibor Hanappi, Economista, OCDE
- Sr. Michael Stemmer, Economista, OCDE

Secretariado Conjunto

Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA)

- Sr. Bartholomew Armah, Director, Divisão de Macroeconomia e Governança, UNECA
- Sr. Allan Mukungu, Director Responsável, Secção de Governança Económicas e Finanças Públicas, Divisão de Macroeconomia e Governança, UNECA
- Sr. Emmanuel Ngok, Estatístico, Centro Africano de Estatísticas, UNECA
- Sr. Mamoudou Sebege, Director de Assuntos Económicos, Escritório Sub-Regional para a África Ocidental (SRO-WA), UNECA

- Sr. Abiodun Ffolawewo, Diretor de Assuntos Económicos, Escritório Sub-Regional para a África Ocidental (SRO-WA), UNECA
- Sra. Farzana Sharmin, Oficial de Assuntos Económicos, Secção de Governança Económicas e Finanças Públicas, Divisão de Macroeconomia e Governança, UNECA
- Sr. Douglas Kigabo Bitonda, Director de Assuntos Económicos, Secção de Governança Económica e Finanças Públicas, Divisão de Macroeconomia e Governança, UNECA
- Sra. Susan Karungi, Secção de Governança Económicas e Finanças Públicas, Divisão de Macroeconomia e Governança, UNECA
- Sra. Kathy Nicolaou-Manias, Consultora Técnica de Finanças Públicas e FFI, UNECA

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

- Sr. Steve MacFeely, Chefe, Divisão de Estatísticas e Informações sobre Globalização e Estratégias de Desenvolvimento, UNCTAD
- Sra. Anu Peltola, Estatística, Departamento de Estatísticas e Informações de Desenvolvimento, UNCTAD
- Sr. Bojan Nastav, Estatístico, Departamento de Estatísticas e Informações de Desenvolvimento, UNCTAD
- Sra. Amandine Rushenguziminega, Oficial de Projectos - Fluxos Financeiros Ilícitos, Divisão de Estatísticas e Informações de Desenvolvimento, UNCTAD
- Sra. Nour Barnat, Estatística, Departamento de Estatísticas e Informações de Desenvolvimento, UNCTAD
- Sra. Carlotta Schuster, Oficial Associada de Assuntos Económicos, UNCTAD

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

- Sr. Enrico Bisogno, Chefe, Secção de Dados e Estatísticas, UNODC
- Sra. Diana Camerini, UNODC
- Sra. Irmgard Zeiler, UNODC
- Sra. AtuweniAagbermodji, UNODC
- Sr. David Ravaux, UNODC

Tabela 1: Lista de agências de intervenientes

País	Agência
Angola	<ul style="list-style-type: none"> • Procurador-Geral; • Serviço de investigação criminal; • Unidade de Inteligência Financeira • Banco de Angola, • Administração Geral Tributária • Direcção de Serviços Aduaneiros • Escritório de Cooperação Internacional, Ministério das Finanças
Benim	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Nacional de Estatística e Análise Económica (INSAE) • Unidade Nacional de Processamento de Informações Financeiras (CENTIF) • Agência Nacional de Supervisão de Sistemas Financeiros Descentralizados (ANSSFD) • Direcção Geral de Alfândegas e Direitos Indirectos (DGDDI) • Direcção Geral de Investimentos do Estado e Desnacionalização (DGPED) • Autoridade Nacional Anticorrupção (ANLC) • Gestão geral de impostos • Brigada Económica e Financeira
Burkina Faso	<ul style="list-style-type: none"> • Direcção Geral de Justiça Criminal e Ministério da Justiça • Escritório nacional de tratamento de informações financeiras (CENTIF) • Estância aduaneira, • Autoridade de Receita, • Alta Autoridade de Controlo Estatal e Combate à Corrupção (ASCEL-LC), e • Rede Nacional Anticorrupção (RENLAC).
Gabão	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Investigação Financeira (ANIF), • Departamento Nacional do Banco da África Central (BEAC), • Grupo de Acção contra a Lavagem de Dinheiro na África Central (GABAC), • Comissão do Banco do Centra África (COBAC)
Gana	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Estatística de Gana • Centro de Inteligência Financeira • Banco de Gana • Polícia de Gana • Autoridade de Receita de Gana

	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Petróleo • Comissão de Minerais • Departamento Geral de Registo • ISODEC / Justiça Tributária • Universidade de Gana
Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Nacional de Estatística • Banco de Moçambique • Bancos comerciais • Autoridade fiscal • Direcção Nacional de Alfândegas • Ministério da Economia e Finanças • Câmaras de comércio • Ministério da Indústria e Comércio • Ministro da Agricultura • Ministério de Recursos Minerais e Energia
Namíbia	<ul style="list-style-type: none"> • Banco da Namíbia: Departamento de Controle Cambial e Serviço Jurídico • Centro de Inteligência Financeira • Colaboração entre agências (Grupo de trabalho de FFI incluindo Controle de Câmbio, FIC e Alfândega)
Nigéria	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Nacional de Estatística, • Agência Nacional de Repressão às Drogas (NDLEA), • Serviço de Alfândega da Nigéria (NCS) • Ministério das Finanças da Nigéria • Comissão de Crimes Económicos e Financeiros (EFCC) • Comissão Independente de Práticas de Corrupção (ICPC) • Banco Central da Nigéria, • Receita Federal do Interior, (FIRS) • Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas da Nigéria • Departamento de Recursos Petrolíferos, • Autoridade Portuária da Nigéria, • Comissão de Acompanhamento da Administração da Justiça Criminal do Ministério da Justiça
Senegal	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal • Unidade Nacional de Processamento de Informações Financeiras (CENTIF) • Iniciativa de transparência da indústria extractiva (EITI) • Direcção Geral das Alfândegas
África do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Trabalho Interdepartamental sobre ABC / CFT • Estatísticas da África do Sul • Polícia



	<ul style="list-style-type: none">• Banco de reserva• Serviços de receita da África do Sul• Autoridade de conduta do sector financeiro (FSCA)• Tesouro Nacional (TN)• Centro de Inteligência Financeira
Zâmbia	<ul style="list-style-type: none">• Centro de Inteligência Financeira,• Autoridade de Receita da Zâmbia,• Banco da Zâmbia,• Ministério de Minas,• Agência de Estatísticas da Zâmbia,• Instituto de Análise e Pesquisa de Políticas da Zâmbia

